



CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS
2ª CÂMARA DE JULGAMENTO

ATA DA 31ª (TRIGÉSIMA PRIMEIRA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL, REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA, DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS DO ESTADO DO CEARÁ DO ANO 2020.

Aos 11 (*onze*) dias do mês de novembro do ano 2020 (*dois mil e vinte*), às 8h 30min. (*oito horas e trinta e cinco*), após verificado o quórum regimental estabelecido no art. 52 do RICRT/CE, e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 31ª (*trigésima primeira*) Sessão Ordinária Virtual da 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará, sob a Presidência do Dr. Francisco José de Oliveira Silva. Presentes à Sessão os Conselheiros Henrique José Leal Jereissati, Maria Elineide Silva e Souza, Leilson Oliveira Cunha, José Alexandre Goiana de Andrade, Anneline Magalhães Torres e Jucileide Maria Silva Nogueira. Também presente, o Procurador do Estado, Dr. Rafael Lessa Costa Barboza. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Silvana Rodrigues Moreira de Souza. Iniciada a sessão, foi aprovada a Ata da sessão anterior. Passando à **ORDEM DIA**, foram anunciados os seguintes processos: **Processo de Recurso nº 1/2460/2018 – Auto de Infração: 1/201803568. Recorrente: GLASSMAXI INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE VIDRO LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO HENRIQUE JOSÉ LEAL JEREISSATI. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, para deliberar sobre as seguintes questões apresentadas pela parte: **1. Quanto à preliminar de nulidade suscitada sob a alegação de caráter confiscatório da multa aplicada** – Foi rejeitada por unanimidade de votos, considerando tratar-se de matéria constitucional, sendo o presente órgão incompetente para sua análise, nos termos do art. 48 da Lei nº 15.614/2014, ressalvadas as hipóteses ali previstas. **2. No mérito**, por unanimidade de votos, a 2ª Câmara de Julgamento resolve negar provimento ao Recurso interposto, para confirmar a decisão **condenatória** exarada em 1ª Instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, referendado, em sessão, pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso nº 1/2478/2018 – Auto de Infração: 1/201803565. Recorrente: GLASSMAXI INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE VIDRO LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relatora: CONSELHEIRA JUCILEIDE MARIA SILVA NOGUEIRA. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, para deliberar sobre as seguintes questões apresentadas pela parte: **1. Quanto à preliminar de nulidade suscitada sob a alegação de caráter confiscatório da multa aplicada** – Foi rejeitada por unanimidade de votos, considerando tratar-se de matéria constitucional, sendo o presente órgão incompetente para sua análise, nos termos do art. 48 da Lei nº 15.614/2014, ressalvadas as hipóteses ali previstas. **2. No mérito**, por voto de desempate do Presidente, a 2ª Câmara de Julgamento resolve dar parcial provimento ao Recurso interposto,

julgando, **parcialmente procedente** a acusação fiscal, em razão da aplicação da penalidade contida no art. 123, III, “g”, da Lei nº 12.670/96, em sua redação original, para as operações tributadas e o art. 126 da Lei nº 12.670/96, com redação da Lei nº 13.418/2003, para as operações não tributadas, observando nas operações não tributadas a aplicação do parágrafo Único para as operações que estiveram escrituradas na contabilidade do autuado. Decisão nos termos do primeiro voto divergente e vencedor, proferido pelo Conselheiro Henrique José Leal Jereissati, que ficou designado para lavrar a Resolução, em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, referendado em sessão pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. Vencidos os Conselheiros Jucileide Maria Silva Nogueira, relatora originária, José Alexandre Goiana de Andrade e Anneline Magalhães Torres, que votaram pela parcial procedência, em razão da aplicação da penalidade prevista no art. 123, VIII, “L”, da Lei nº 12.670/96, conforme manifestação oral, do representante da Procuradoria Geral do Estado que, resguardando seu posicionamento pessoal pela aplicação do art. 123, III, “g” combinado com o art. 126, da Lei 12.670/96, opinou pelo parcial provimento do recurso, conforme precedentes da Câmara Superior do Conat e Parecer emitido pela Célula de Assessoria Processual Tributária. **Ato contínuo**, a 2ª Câmara resolve por unanimidade de votos e com a aquiescência do representante da Procuradoria Geral do Estado, encaminhar o processo à Célula de Perícias Fiscais e Diligências – CEPED, para que sejam atendidos os seguintes quesitos: **1)** Na planilha de fls 21/30 separar as operações tributadas das não tributadas; **2)** Nas operações tributadas informar, por operação, o valor do ICMS destacado, realizando o somatório dos valores, calculando-se a multa de uma vez o valor do imposto destacado; **3)** Nas operações não tributadas ou tributadas por substituição tributária as quais estejam escrituradas no SPED contábil, calcular a multa aplicando o percentual de 1% nos termos do parágrafo único do art. 126 da Lei 12.670/96; **4)** Nas operações não tributadas ou tributadas por substituição tributária as quais não estejam escrituradas no SPED contábil, calcular a multa aplicando o percentual de 10% nos termos do caput do art. 126 da Lei 12.670/96; **5)** Verificar se houve emissão pelo fornecedor de notas fiscais de entradas em anulação as notas fiscais emitidas à autuada, elencadas à fl. 127 do laudo da Audit Soluções Contábeis. Se sim e, não sido excluídas da autuação, realizar a devida exclusão; **6)** Elaborar demonstrativo final da multa a ser aplicada. Tudo nos termos do Despacho a ser elaborado pelo Relador Designado. Ressalte-se que, após cumprida a providência pericial, o processo deverá retornar a esta Câmara, para ciência e homologação do trabalho pericial.

Processo de Recurso nº 1/2426/2018 – Auto de Infração: 1/201803567. Recorrente: GLASSMAXI INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE VIDRO LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relatora: CONSELHEIRA MARIA ELINEIDE SILVA E SOUZA. Decisão: Atendendo as razões apresentadas pela Conselheira Relatora, o Sr. Presidente *sobrestou* o julgamento do processo determinando sua inclusão em pauta a ser definida.

Processo de Recurso nº 1/2241/2018 – Auto de Infração: 1/201803566. Recorrente: GLASSMAXI INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE VIDRO LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO JOSÉ ALEXANDRE GOIANA DE ANDRADE. Decisão: A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, para deliberar sobre as seguintes questões apresentadas pela parte: **1. Quanto à preliminar de nulidade suscitada sob a alegação de caráter confiscatório da multa aplicada** – Foi rejeitada por unanimidade de votos, considerando tratar-se de matéria constitucional, sendo o presente órgão incompetente para sua análise, nos termos do art. 48 da Lei nº 15.614/2014, ressalvadas as hipóteses ali previstas. **2. No mérito**, por unanimidade de votos, a 2ª Câmara de Julgamento resolve negar provimento ao Recurso interposto, para confirmar a decisão **condenatória** exarada em 1ª Instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, referendado, em sessão, pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 12 de novembro do corrente ano, às 8h30min. (*oito horas e trinta*

minutos). E para constar, eu, Silvana Rodrigues Moreira de Souza, Secretária da 2ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pelo Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

Francisco José de Oliveira Silva
PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA

Silvana Rodrigues Moreira de Souza
SECRETÁRIA DA 2ª CÂMARA